

## *Do desmascaramento ao descrédito*

Paulo Vaz, professor da ECO/UFRJ

Fernanda Bruno, Professora do IP/UFRJ

### 1 – Cultura e incerteza

Incerteza cotidiana e permanente, eis o que caracteriza a cultura contemporânea. Nós, brasileiros, não encontramos dificuldades em reconhecer esta caracterização. Afinal, nos últimos 15 anos, em diversas ocasiões e inesperadamente, conquistamos e perdemos empregos, imaginamos projetos para logo abandoná-los, sonhamos e vimos desabar o horizonte que permitia sonhar.

Tanta incerteza não resulta apenas dos sucessivos e malogrados planos de políticos e economistas. A aceleração das mudanças provocadas pela explosão tecnológica, a oscilação das moedas com o fim do padrão-ouro, a perda de autonomia dos Estados-nação e o crescente poder dos capitalistas sobre os trabalhadores promoveram uma radical privatização do destino humano<sup>i</sup>. Expliquemos: a velocidade das mudanças tecnológicas força todos à flexibilidade nos modos de agir e pensar. A instabilidade financeira ameaça a produção, pois empresas podem falir mesmo que sua produtividade e taxa de lucro estejam positivas. Basta, por exemplo, que tenham feito empréstimos internacionais e que a moeda do país em que produzem se desvalorize. Já a perda de autonomia dos Estados-nação restringe o poder dos habitantes de um país de pressionar os políticos e, deste modo, controlar seus destinos. Por último, a força recente conquistada pelo capital globalizado e imaterial coloca para cada trabalhador a ameaça de se tornar subitamente um inútil para o mundo. Se uma empresa se depara com dificuldades políticas e econômicas em um determinado país, ela simplesmente transfere para outro local seus investimentos. E cada local deve considerar quase como sendo uma dádiva divina que uma empresa tenha decidido nele investir. A outra face do dom é a irresponsabilidade da empresa diante do futuro de cada local: o mero fato de gerar empregos já é tido como suficiente. Uma estatística publicada pela ONU sobre a variação da distribuição de renda dimensiona o imenso poder conquistado pelo capital. Em 1997, os 358 bilionários globais possuíam uma riqueza total equivalente àquela dos 2,3 bilhões de pessoas mais pobres do mundo. Há trinta anos atrás, a riqueza global dos países mais pobres do mundo equivalia a magros 2,3 % da riqueza total. Em 1997, esta proporção caiu para 1,4%.<sup>ii</sup>

A contrapartida da incerteza e da aceleração – também conhecida como “globalização” ou “crise da política” - é a criação de uma ordem social onde o valor dos indivíduos reside na apreensão de possibilidades e na habilidade em evitar ou gerir o risco. Cada vez mais, torna-se individualizada a tarefa de gerir nossa permanência e nossas oportunidades. Observemos que a segurança, a saúde e a educação estão sendo crescentemente privatizadas no mundo. Tarefa imensa; contudo, para a grande maioria, é uma tarefa inevitavelmente fadada ao fracasso, pois o futuro dos homens é cada vez mais determinado pelo movimento caótico dos mercados financeiros. Estamos sempre ameaçados de perder o solo – o cenário – onde nossos projetos e as ações que os encaminham ganham sentido. Os pais podem gastar fortunas educando filhos que realmente se dedicam a seus estudos; contudo, se o cenário se torna o desemprego crescente, em nada essas ações garantirão a entrada no mercado de trabalho.

A passagem do emprego à “empregabilidade” torna sensível a incerteza. A questão do trabalho foi um tema maior do pensamento moderno pois colocava com precisão os limites da liberdade individual na sociedade. Partia-se da suposição de que o modo de um indivíduo desdobrar suas potencialidades dependia da descoberta de um trabalho que fosse a sua vocação. Um problema era arduamente discutido. Como conciliar a divisão social do trabalho, necessária para a reprodução social, com as vocações individuais? Haveria vocação para todo tipo de trabalho ou haveria trabalhos que, ao invés de realizar um indivíduo, o degradariam? Haveria vocação para ser lixeiro ou agente funerário? Está implícita, nestas perguntas, a necessidade de o indivíduo descobrir o que deseja e lutar para realizar-se no tempo, mesmo que tenha de mudar a sociedade. O tema do trabalho expressava, como poucos, a crença moderna em um futuro como lugar de libertação e realização individual e coletiva. O conceito de empregabilidade, por sua vez, assevera que o valor está em ser capaz de empregar-se, não importa em qual trabalho e não importa em qual cenário do mundo. Substituímos a utopia pela oportunidade, flexibilidade e sobrevivência. Não importa mais o que se deseja ser, mas, sim, a capacidade de permanecer. O conceito de empregabilidade mostra como a incerteza passa a habitar nosso cotidiano.

A incerteza origina-se ainda num estatuto paradoxal da ação humana. O complexo e intrincado jogo entre as ações locais e os efeitos globais aponta simultaneamente o poder e a impotência das ações e decisões humanas. De um lado, sabemos que ações de alguns homens

num local restrito têm o poder de transformar a vida de povos das mais diversas partes do mundo. Um exemplo recente: um analista financeiro do Washington Post começava uma matéria sobre o futuro do mercado de ações no ano de 1999 dizendo que o investidor norte-americano nunca tinha ouvido falar de Itamar Franco e Minas Gerais; contudo, a moratória que decretou estaria ameaçando os seus dividendos. De outro lado, não sabemos como orientar nossas ações e o que esperar delas num mundo onde os efeitos do que fazemos dependem de uma rede de ações múltiplas que não dominamos. Neste cenário onde a incerteza não deriva apenas do que cabe à fortuna, mas do que homens fazem e pensam, as antecipações e as projeções sobre o futuro acabam por orientar - e, não raro, limitar - nossas ações presentes e nossa relação com o futuro. Projetar sobre o amanhã os possíveis efeitos de nossas condutas torna o que o futuro pode ser dependente das expectativas, o que amplia ainda mais a incerteza.

A comparação com a Modernidade permite conceituar esta descrição impressionista de nossa singularidade. O pensamento moderno também tinha uma orientação futurista; a Modernidade se diferencia de outras épocas históricas por ser a sociedade onde existiam a vanguarda, a utopia e o novo como valor. A cultura moderna se mobilizava pelo possível. Contudo, esta mobilização era mediada pela experiência de que a cultura em que se vive limita os modos de ser, agir e pensar dos indivíduos. Embora se mobilizasse pelo possível, o primado era a experiência do limite. Nossa cultura, por sua vez, é imediatamente mobilizada pelo possível. O que o futuro será depende das expectativas; mesmo as restrições que aceitamos dependem sobretudo do futuro que antecipamos. Se aceitamos limitar nossas práticas sexuais, o que define o limite não é algum papel social que devemos ter, mas as conseqüências deste ato prazeroso.

Um outro modo de conceituar nossa singularidade incide sobre as diferentes experiências da incerteza. Numa simplificação extrema, pode-se afirmar que desde a origem da filosofia na Grécia até a Modernidade, a experiência da incerteza era limitada, pois não incidia sobre o que ser: a resposta consistiu, para a grande maioria das correntes filosóficas e religiosas, na conquista da permanência. A incerteza residia apenas na decisão sobre qual comportamento adotar para conquistar a estabilidade: incerteza dos meios, mas não do fim. A Modernidade, por pensar que a sociedade limitava o indivíduo, acrescentou uma nova dimensão à incerteza. O que realmente fazia problema era o que se desejava ser, ou melhor, a Modernidade

constituiu a incerteza em relação aos fins por frisar a incerteza em relação ao que realmente se deseja quando se deseja. A incerteza em nossa Contemporaneidade não incide mais apenas sobre os meios e fins, incide sobre o cenário que dá sentido a nossas ações. Quando pensamos o que pode ser nossas vidas, não é mais suficiente indagar sobre o que realmente desejamos e quais são os meios de atingir o desejado; é preciso, ainda, projetar o que pode ser o cenário onde nossos projetos de vida podem ter lugar. Daí o alto valor que atribuímos àqueles que conseguem gerar um mínimo de estabilidade para podermos nos projetar. Daí também o pânico que nos assola quando este horizonte se desfaz.

Gerar e consolidar expectativas sobre o futuro torna-se objetivo maior da política e modo de gerar lucros. Sendo a expectativa o 'capital do futuro', é sobre ela que incidem os mecanismos de manipulação das crenças e comportamentos. É preciso fazer crer que uma dada antecipação do futuro é a mais confiável e viável e que se tem o controle dos instrumentos e conhecimentos para engendrar tal futuro. O curioso é que se nós acreditarmos no futuro que nos é proposto, tão maior será a possibilidade de tal cenário se realizar. Contudo, para orientar expectativas e reduzir incertezas, é preciso ter credibilidade.

Este novo modo de fazer política implica uma articulação íntima com a mídia, seja para construir uma imagem de credibilidade, seja para consolidar expectativas sobre o futuro. Ao mesmo tempo, este mundo de incerteza e aceleração convida a repensar a própria função da mídia. As teorias sobre a relação entre mídia e sociedade frisam como a mídia ordena o tempo social. Contudo, para grande parte destas teorias, a ordenação ainda é pensada segundo a forma de tempo propriamente moderna. A mídia selecionaria, no cotidiano, o que poderia se tornar causa pública, narra o que aconteceu de modo a construir uma temporalidade histórica com sentido e organiza a ação humana impondo o que precisa ser feito.

Acreditamos que a instantaneidade recente da transmissão de informações e o novo modo de construir o futuro estão mudando paulatinamente a forma de funcionamento da mídia. Lembremos que ainda na década de 70, mesmo nos Estados Unidos, cerca de metade das notícias de um telejornal era do dia anterior<sup>iii</sup>. Hoje, porém, qualquer acontecimento importante é imediatamente transmitido pelo mundo. A instantaneidade, por sua vez, limita a função anterior da informação, que era a de permitir uma intervenção sobre a situação informada. Recebemos tantas informações sobre tantas situações que demandam nossa

atenção que o sentido da notícia não é o de permitir uma ação coletiva em nome do bem público. Trata-se, cada vez mais, de conformar nossas expectativas individuais sobre o que pode nos acontecer. Individualização crescente da notícia que tem como sua outra face a preparação de cada indivíduo para o que pode acontecer em suas vidas. Trata-se menos de agir coletivamente para transformar o mundo do que de se preparar individualmente para o que o mundo vai ser. Quando se narra o que acontece, informa-se simultaneamente sobre o que pode acontecer. Quando um país declara guerra a um outro, não se convida mais à mobilização dos jovens para defender a pátria; é noticiado, porém, pesquisas de opinião sobre a invasão e o comportamento do mercado financeiro. A simultaneidade entre a crise da ação coletiva, a individualização da notícia e a conformação da expectativa tem como signo uma pesquisa quantitativa sobre a matéria de capa dos jornais nos Estados Unidos: cerca de 47% das notícias alertavam sobre riscos<sup>iv</sup>.

## 2 – Mídia e credibilidade

Recorrer à comparação histórica dimensiona, ainda um vez, a construção deste novo lugar da mídia. Um exemplo está à mão: comparar a crise do real, cujo ápice ocorreu durante os meses de Janeiro e Fevereiro, com o impeachment de Collor. Para enriquecer a comparação entre modos de articular mídia e política, será interessante recorrer também às diferenças entre “Watergate” e o “affaire Monica Lewinski”.

Credibilidade – esta talvez tenha sido a palavra mais usada para definir a crise do governo FHC. Sua única concorrente de peso foi “turbulência”, o que já indica a relação entre credibilidade e incerteza. O que é uma crise de credibilidade? A raiz latina da palavra crença é credo, que indica tanto acreditar em alguma coisa ou alguém, quanto a espera de uma retribuição, estar na posse de um crédito. Acreditar em um Deus bondoso é esperar que Ele retribua nossas boas ações. Literalmente, portanto, uma crise de credibilidade, nós o sabemos, significa a redução da capacidade de receber crédito ou, o que hoje dá no mesmo, a restrição na possibilidade de ser acreditado por outros. A credibilidade está, pois, conectada à espera; o que está em jogo é a crença no futuro.

O que pode nos levar a acreditar num futuro que alguém quer que acreditemos? Simplificando, duas estratégias são possíveis. Ou bem acreditamos na força do querer daquele que quer nossa crença ou bem confiamos em sua sabedoria. Se um sargento quer que arrisquemos nossas vidas e saíamos de nossas trincheiras para enfrentar o inimigo, o decisivo

é que nós reconhecemos a sua autoridade. Não está em questão aqui o que podemos pensar sobre o futuro; aliás, é melhor que não se pense. O único esforço cognitivo necessário é reconhecer a posição de autoridade daquele que nos ordena. Se um amigo nos aconselha a realizar um investimento, importa seu saber e sua sinceridade. Devemos crer em seu saber para acreditar no futuro que ele nos descortina. Estas duas estratégias resumem as diferentes atitudes da mídia diante da ascensão e queda de Collor e FHC: após ter participado da construção das imagens de herói e sábio, ela desmascarou um e desacreditou o outro.

O modo de Collor sustentar nossas expectativas sobre o futuro pode ser sintetizado pela frase: “eu *quero* que vocês acreditem que eu quero (caçar marajás, ajudar os descamisados, acabar com a inflação, ...)”. Não se trata de suscitar o reconhecimento de nenhum saber sobre o porvir, mas de agir sobre o que os eleitores potenciais pensavam sobre o que ele queria e podia, dada a força da sua vontade e da sua autoridade. A força e a firmeza de seu querer possibilitariam acabar com a corrupção, a injustiça social e a inflação: ia nos libertar e fazer o futuro. Apresentava-se como um herói salvador. A analogia para seu plano econômico absurdamente autoritário era a de estar enfrentando uma onça dispondo só de uma bala. Belo e jovem, arriscava-se em aventuras próprias a Indiana Jones e, como algumas espécies de macacos, tinha aquilo roxo.

O ataque a esta imagem desnudou o privado ao público. Começando por denúncias de familiares, a mídia mostrou que a verdade secreta de seu desejo era exatamente a inversa do que aparentava. O caçador de marajás tinha gasto dinheiro público na construção de uma cascata artificial em sua residência. Sua masculinidade foi posta em causa por boatos de traições, amizades suspeitas e uso intensivo de supositórios. E como confiar na firmeza do desejo de alguém que talvez fosse um viciado? Diante de tantos desvios e desmandos, só restava interditar: este homem não pode ser presidente.

Vemos assim que no caso do impeachment, a mídia conquistou o lugar de defensora do bem comum, funcionando ao mesmo tempo no interior de uma proposta moderna de tempo. Ao mostrar como, na vida privada, Collor era o exato oposto do que dizia ser, denunciava a presença de interesses particulares naquele que devia estar defendendo o público. Daí a presença da sexualidade. Os Cristãos já afirmavam que a transparência a si e aos outros pode ser perturbada pelo “coração duro”. Uma sexualidade estranha estaria na origem da prevalência dos interesses privados sobre o interesse público. O desmascaramento foi

também, como se sabe, um convite à mobilização. A “espontaneidade” do movimento popular é explicada pela campanha poderosa da mídia durante os meses anteriores.

Watergate também pode ser considerado uma estratégia de desmascaramento. O problemático residia no uso de recursos públicos para a campanha de reeleição. Em um artigo clássico, Umberto Eco analisou o discurso de Nixon na televisão onde tentou apresentar-se como vítima e salvador, articulando a história de Chapeuzinho Vermelho com o ataque de Pearl Harbor<sup>v</sup>. A violação do interdito teria ocorrido por responsabilidade de seus assessores; o erro de Nixon estaria limitado à negligência em relação ao que seus assessores faziam. Para este seu descuido, havia uma desculpa poderosa: estava ocupado com a Guerra do Vietnã. Após a descoberta da violação, Nixon veio a público reafirmar seu compromisso de punir os responsáveis e de passar a controlar com cuidado o trabalho de seus assessores. O “American Way of Life” estava novamente assegurado. Peça de retórica brilhante, mas que falhou. Antes do discurso, poucos americanos desconfiavam de Nixon. Após o discurso, a percentagem ultrapassou 50%. Eco argumenta que a falha se deveu à televisão. Como texto escrito, o argumento era perfeito; a face de Nixon, porém, traía a todo momento seu embaraço, medo e tensão. Os Americanos suspeitaram que Chapeuzinho Vermelho era, na realidade, o Lobo Mau pego com as calças na mão.

Entremos no mundo da credibilidade. A frase que sintetiza a estratégia de comunicação de FHC é: “quero que vocês *reconheçam* que eu quero que vocês acreditem que o futuro será (estável e resgataremos a dívida social)...”. O decisivo para que acreditemos no futuro que ele nos propõe acreditar é que reconheçamos sua capacidade de antever e gerar o futuro; em suma, o seu saber e a autoridade que permite. A trajetória do governo FHC é marcada por essa tentativa de construir uma imagem de credibilidade: o brilho intelectual, a eficiência, a estabilidade e o resgate da dívida social deveriam servir de índice de um saber sobre o porvir e da posse dos instrumentos para fazer o que fosse preciso. Estávamos sendo governado por um intelectual que, além de multiplicar seus títulos de doutor, soube cercar-se do que haveria de melhor entre os intelectuais: seu ministro da Fazenda, reconhecido pela comunidade financeira internacional; o presidente do Banco Central, nada menos do que um gênio. Os que discordavam do futuro que antevia e prometia eram neobobos e retrógrados: não perceberam que o mundo mudara, que a globalização era inevitável e que os custos sociais eram passageiros. FHC nunca apresentou-se como o herói solitário disposto a tudo para nos

salvar. Legitimava-se sim por proporcionar um horizonte de estabilidade para que cada um, de acordo com sua eficiência, pudesse encontrar os meios de prover o seu futuro. Durante a estabilidade, houve um aumento expressivo da taxa de natalidade. Em uma sociedade onde a geração de filhos pode ser planejada, a estabilidade da moeda construiu o horizonte de tranquilidade favorável a que os indivíduos corram riscos.

A credibilidade não serviu apenas para aplacar a incerteza. É uma estratégia política própria a um mundo de mudanças aceleradas. A velocidade torna-se princípio e retórica para o exercício do poder. O primeiro governo FHC realizou inúmeras mudanças constitucionais. Todas elas se sustentaram no argumento de que o mundo estava mudando rapidamente, havendo urgência em transformar a Constituição para podermos enfrentar este mundo sempre novo. A inevitabilidade das mudanças e a urgência em implementá-las eram cotidianamente repassadas pela mídia. A credibilidade completa o triângulo. Se havia um governo tão capaz em antever o futuro, a demora e a hesitação, típicas da negociação política, podiam ser substituídas pela imagem de um governo eficiente e sábio. Deste modo, a política brasileira se descolou do local. A mudança sustentava-se na globalização e os efeitos sociais negativos destas mudanças para alguns grupos sociais podiam ser desqualificados ou como sofrimentos transitórios, ou como reação retrógrada de setores corporativos.

Com a política globalizada, os arranhões na credibilidade só podiam se originar no exterior: a crise da Ásia e a restrição da liquidez internacional marcam o início do processo. Paulatinamente, para parte dos brasileiros e para a maioria da comunidade financeira internacional, o que era sabedoria tornou-se aposta arriscada. A crise da Rússia e sua proximidade com o calendário eleitoral complicou o cenário. A solução foi a mídia e o governo articularem o catastrofismo e otimismo na campanha eleitoral. De um lado, era preciso lucrar com o temor da incerteza e, assim, antecipar o declínio, a desordem e a instabilidade, antevistos na possível vitória da oposição, para garantir a imobilidade e minar qualquer resistência ou discussão crítica. Como se não tivéssemos escolha, como se a escolha fosse uma questão de cálculo e, portanto, uma questão que concerne aos tecnocratas e economistas (e, como se dizia, o governo já tinha os melhores), mas não uma escolha ético-política que deve ser discutida coletivamente. De outro lado, ‘justificava-se’ todo tipo de sofrimento e de precariedade com a promessa de que o real ainda estava por vir, com



trabalho, saúde, moradia e educação para todos. Tratava-se de nos fazer crer que o *real* era um valor superior e, como tal, um limiar no qual a vontade política pára, deve parar.

Os fundamentos da economia, enquanto isso, estavam desabando. Diante da incerteza da comunidade financeira sobre a capacidade de pagamento e sobre a manutenção do valor do *real*, aumentava-se os juros, o que aumentava a dívida pública e, num círculo vicioso, aumentava a desconfiança da comunidade. Cada vez mais, manter o valor do *real* implicaria sacrifícios enormes de empresários e trabalhadores brasileiros. O problema é que a oposição tinha conquistado o governo de estados importantes. A capacidade política de impor sacrifícios passou a determinar a expectativa da comunidade financeira; ao mesmo tempo, a margem de manobra política do governo estava sendo restringida por esta própria comunidade, que pressionava por políticas econômicas que não afetassem seus lucros nem gerassem a bancarrota generalizada do sistema financeiro mundial. A moratória decretada por Itamar e a greve dos operários da Ford – nem toda a mídia internacional aceitou a proposta do governo de criar um bode expiatório para suas escolhas – deslançaram a desvalorização do *real* e, deste modo, o início do descrédito com aquele que nos fez crer na estabilidade e no seu poder de mantê-la.

O descrédito manifestou-se, inicialmente, por uma desconfiança em relação às escolhas antes tidas como necessárias e adequadas. Começamos a nos perguntar: já que a desvalorização era inevitável, por que só agora? Por que não desvalorizou quando surgiu a crise da Rússia? Será que a eleição valia 40 bilhões de dólares de nossas reservas? Por que aceitamos reduzir nossa autonomia política? Por que o acordo com o FMI foi feito logo após a eleição de FHC? E se este patrimônio público virtual nada mais era do que virtual, valeu realmente desfazer-se de tanto patrimônio público real?

O descrédito tampouco desnuda. A máscara não caiu; a imagem foi, sim, arranhada, o que torna impossível usar qualquer máscara. Em seu pronunciamento à nação quando anunciou a desvalorização do *real*, nosso presidente hesitava, numa mesma frase, entre usar a máscara da severidade – o homem austero que punirá os governadores levianos e assegurará a transição difícil – e a máscara da tranqüilidade, ainda crendo que continuaríamos acreditando em seu sorriso para nos tranqüilizar e, assim, não piorar a crise. Só podia nos causar a impressão de esgotamento mental ou de espanto: como pode sorrir numa situação destas? Além de hesitar entre máscaras, nenhuma que escolheu surtiu efeito. Conseguiu arrancar do congresso a

redução dos vencimentos dos servidores públicos e dos aposentados. Esperava sinalizar à comunidade financeira internacional sua capacidade de ainda sustentar sacrifícios. Torcia para o dólar cair e as bolsas subirem? Infelizmente, a comunidade financeira não achou pouco que já estivéssemos 40% mais pobres; mais austeridade fiscal – leia-se redução dos exíguos gastos do governo em infra-estrutura, saúde e educação – e a venda do resto do patrimônio público lhes parecem ser necessárias. E como confiar num ministro da Fazenda cuja face mostra sinais evidentes de esgotamento?

O descrédito é redução da margem de manobra. Mas é também perda na mídia do lugar daquele que pode nos antever o que será o futuro. Durante os meses de Janeiro e Fevereiro, diminuiu o espaço dado ao governo e seus representantes: quis-se escutar a opinião de ACM, da oposição e de outros economistas. Note-se que FHC se limitou, nestes meses, a desmentir boatos sobre o que faria; ele nada podia fazer. O descrédito ampliou a incerteza ao gerar um vácuo político e a suspeita de que privatizaram nosso destino. Uma diferença decisiva com os processos de desmascaramento é que uma crise de credibilidade pode não suscitar a rebelião. Mesmo diante de políticas que, desconfiamos, só mantêm o futuro do FMI e dos especuladores, a revolta não aparece. Talvez porque a marca do descrédito seja a perplexidade e o reforço da atitude de tentar, individualmente, enfrentar a crise.

O descrédito é ainda perda de eficiência. Durante este breve período de tempo, surgiu a esperança de que o descrédito também se tornasse a ocasião de desistirmos da eficiência como modo de pensar a política. O que se apresentava, sob o título da decisão eficiente, como o único caminho, envolvia uma opção sobre quem seriam os sacrificados e os favorecidos. Para que “entendêssemos” a necessidade da austeridade fiscal, a mídia abusou da analogia da dona de casa que gastou além do que podia. Queria nos fazer crer que o problema era técnico e administrativo. Durante a crise, pudemos nos perguntar se esta senhora não tinha arrumado um amante, que atende pelo nome de Washington, tão exigente e astuto que ainda recomendava os cortes no orçamento doméstico. Ou pudemos indagar se ela não favoreceu alguns de seus filhos.

A mídia também perdeu credibilidade. Diante do descrédito daquele que se apresentava como nossa única alternativa, a mídia apressou-se em recordar que ela já alertava de há muito sobre a possibilidade de o resultado não ser conforme às expectativas. Obviamente, nenhum leitor acreditou; todos temos a sensação difusa de que nenhum governo gozou de tal

unanimidade na mídia nos últimos 30 anos quanto o governo FHC. Desde então, alguns jornais aventuraram-se numa atitude rara, a de questionar as escolhas do governo. Estratégia, certamente, para recuperar a credibilidade ao se colocarem como independentes e críticos.

O “affaire” Clinton e Monica Lewinski oferece mais elementos para se pensar, por contraluz, o peso da credibilidade no mundo contemporâneo. Afinal, embora Clinton tenha sido desmascarado, embora todos os americanos tenham sabido de detalhes de suas aventuras amorosas e de que ele mentiu publicamente por diversas vezes, a oposição não conseguiu levar adiante o processo de impeachment. O slogan da primeira campanha de Clinton à presidência já explica por que: “It’s the economy, stupid”. O conceito de credibilidade já assume, por princípio, que o outro pode mentir, isto é, há uma desconfiança prévia. A contrapartida desta desconfiança prévia é que ninguém espera que o outro seja sempre verídico; espera-se apenas que cumpra suas promessas e, se for governante, que garanta horizonte estável onde cada um pode perseguir seus interesses. Deste modo, tampouco vai importar o que um governante faz em sua vida sexual, mesmo que abuse do poder, usando charutos e fazendo funcionar em paralelo, graças ao telefone, o prazer e a obrigação. Se o que importa é que cada um tenha a oportunidade e a liberdade de obter prazer, todos serão mais tolerantes com o comportamento sexual de seus governantes. Deste modo, por mais que tenha sido desmascarado, não podia haver impeachment. Clinton cumpriu suas promessas. Garantiu uma prosperidade econômica continuada inédita no pós-guerra e manteve os Estados Unidos como a grande potência mundial que preserva a paz e a justiça – para tanto, por que não bombardear aqui e ali, ainda mais se, por coincidência, os dias de votação se avizinham?

### 3 - Questões

Este artigo guarda ainda o sabor de sua origem. Parte significativa do artigo foi escrita durante a crise do *real* e o objetivo então era intervir politicamente. Mesmo que a fase aguda da crise já tenha passado e que o governo FHC esteja trabalhando arduamente para recompor sua credibilidade, pensamos haver três motivos para realizarmos a tradução de uma intervenção política em um artigo acadêmico. Um é convidar outros pesquisadores a pensar estes dois episódios recentes de nossa história. Suspeitamos que estes episódios sejam ricos para se pensar as mudanças nas relações entre mídia e política. Um segundo motivo é que o artigo ressalta a incerteza como marca da cultura contemporânea. Deste modo, o conceito de

credibilidade, antes restrito a uma relação com a verdade – o quão a credibilidade da fonte afeta a recepção de uma informação? – pode ser pensado em sua dimensão temporal. O último motivo é, na realidade, uma provocação aos teóricos da Comunicação. Diante da incerteza, da instantaneidade, do excesso de informações e da crise da ação política, temos a oportunidade e o dever de repensar a forma da notícia. A vantagem de propor questões tão amplas em um artigo é dispor de um desculpa prévia: aqui, nada há além de intuições a serem elaboradas e questionadas.

---

<sup>i</sup> Cf Bauman, Z., *O mal-estar da pós-Modernidade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

<sup>ii</sup> A estatística, assim como a libertação do local conquistada pelo capital encontram-se em Bauman, Z., *Globalization – The Human consequences*, Nova Iorque: Columbia University Press, 1998, p. 70 e 9, respectivamente.

<sup>iii</sup> Cf Cairncross, F., *The Death of Distance*, Boston: Harvard Business School Press, 1997, p. 8.

<sup>iv</sup> Cf Laudan, L., *Danger Ahead*, Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1997, p. 4.

<sup>v</sup> Cf Eco, U., “Strategies of Lying” in Blonsky, M.(ed.), *On Signs*, Oxford, Basil Blackwell, 1985, p. 3-11.